

QUANDO A BIOLOGIA É BIOPOLÍTICA: DO DARWINISMO SOCIAL À FALÁCIA DA IDEOLOGIA DE GÊNERO

Fabiana Aparecida de Carvalho*

Resumo: Desde o Século XIX, a Biologia têm sido desdobrada culturalmente para se criar não somente uma explicação sobre as coisas e os fenômenos naturais, mas para impor biopolíticas que corroboram para empreendimentos sociais de controle e para a instituição de políticas por sobre os gêneros, as sexualidades, os corpos e a vida. Considerando a educação brasileira, essas investidas atravessaram diversas pedagogias culturais e se consubstanciaram uma discursividade difusa nas falas, ações e interpretações. Este é um ensaio que problematiza, numa aproximação arqueogenealógica, alguns discursos biológicos que atravessaram a Educação para os gêneros, as sexualidades e as diferenças no Brasil, bem como contingências atuais que dão sustento e propagação a certos discursos conservadores, classificatórios e regulatórios da população. São apresentados quatro blocos a sintetizar algumas biopolíticas: a) o Darwinismo Social e o domínio médico-eugênico do Entre Séculos XIX e XX; b) Influências da Epistemologia Feminista a partir dos anos de 1960; c) As Políticas Educacionais pós 1990; e, d) o cenário recente das discussões de gênero no Brasil.

Palavras-chave: Biopolítica; Biologia; Gênero.

Abstract: Since 19th century century, biology has been culturally deployed to create not only an explanation of things and natural phenomena, but also to impose biopolitics that corroborates for the social undertakings of control and for the establishment of policies about the genres, the sexualities, the bodies and the life. Considering the brazilian education, these biopolitics have crossed many cultural pedagogies and became a diffuse discursivity in the speeches, actions and interpretations. This is an essay that discusses, in an “*archaeogenealogical*” approach, some biological discourses that crossed that the Education for the genres, sexualities and differences in Brazil, as well as current contingencies that give sutenance and propagation of certain conservative, classificatory and regulatory discourses of the population. Four blocks are presented to synthesize some biopolitics: a)The Social Darwinism and the medical-eugenic domain between the 19th and 20th Centuries; b) The Influences of Feminist Epistemology from the years of 1960; c) Educational Policies after 1990; and, d) the recent scenario of gender discussions in Brazil.

Key-words: Biopolitics; Biology; Gender.

* Professora Assistente do Departamento de Biologia (DBI) da Universidade Estadual de Maringá (UEM) Atualmente faz doutorais em Educação para a Ciência e a Matemática (UEM) com pesquisa voltada às questões de Gênero e Educação para a Sexualidade na Escola.

INTRODUÇÃO

Desde o Século XIX, a Biologia e suas bases teóricas têm sido desdobradas culturalmente para se criar não somente uma explicação sobre as coisas e os fenômenos naturais, mas para impor distinções para os seres vivos e corroborar com empreendimentos sociais de controle. A Biologia que conhecemos não apenas se adensa como um domínio para a vida, entendido como o contrário da morte ou como aquilo que não é eficiente/ produtivo à vida, mas se projeta, discursivamente, em termos de regulação, ordenamento e de governamentalidade dos corpos – tanto ao nível pessoal quanto populacional.

Na instituição dessa governamentalidade, ou, como entende Foucault (1987), na instituição de verdades históricas sobre a vida, que passamos a ser entendidas/os, analisadas/os, controladas/os e perscrutadas/os por nossas forças produtivas, como também a estarmos assujeitadas/os por biopoderes e normas – as biopolíticas – ditadas pelo Estado e pelas conformações de poder. Nessa ótica, as biopolíticas, ou as políticas por sobre a vida, podem ser compreendidas como a um conjunto de táticas e de dispositivos (discursivos ou não) que se destinam à docilização e obediência individual e à disciplinarização e regularização dos modos de ser e estar que garantem a prevaência de um determinado tipo de sociedade também ligada à norma e ao controle (FOUCAULT, 1999).

De lá para cá, essa Biologia que ordena o *corpus* político tem atravessado as compreensões sobre os gêneros, as sexualidades e as alteridades nas políticas públicas e educacionais, firmando-se, seletivamente, por intermédio de investimentos e pela propagação de discursividades difusas presentes em enunciados, falas, interpretações e atos direcionados às pessoas e às suas identidades generificadas. Ainda por efeito das normatizações, ela instaurou explicações acerca das condutas fisiológicas e sociais responsáveis por compor quatro grandes políticas direcionadas aos corpos/sexos: a) o controle dos corpos femininos; b) a pedagogização dos corpos infantis; c) a fiscalização das

sexualidades periféricas (pessoas homossexuais, bissexuais, lesbianas, com diversidade funcional, necessidades especiais ou questões decorrentes de idade, etnia e classe social); e, d) a manutenção do sexo conjugal, da reprodução e da família nuclear (FOUCAULT, 1988). Os ecos discursivos dessas políticas aderem-se às práticas educativas no Brasil e determinam, com os respaldos científico, jurídico e econômico contingenciados em determinadas épocas e por certos grupos hegemônicos, como o Estado pensa, idealiza e aplica a Educação para os Gêneros e as Sexualidades nas escolas.

Diante do exposto e objetivando uma problematização apoiada em um caminho mais arqueogenealógico, ou seja, que discute como alguns discursos tornaram-se alvos do saber-poder e se mantiveram sustentados por táticas que os fizeram circular (FOUCAULT, 2002; 1999; 1999a 1988; 2004), o presente ensaio discute, com o cotejamento de teorizações pós-críticas¹, alguns acontecimentos recentes e contingências históricas que arrastaram a Biologia para junto de seus discursos. Numa relação de presentificação e discussão da atualidade, aponta enunciações desde o Darwinismo Social, implantado no país a partir da difusão das Teorias de Herbert Spencer, passando por momentos de ruptura, entre eles os manifestos advindos da epistemologia feminista, até chegar à retomada dos argumentos derivados da naturalização das condutas humanas, dos papéis de gênero e das sexualidades em nosso momento político. Este é também um esforço para pensarmos a normatividade de uma educação de origem, aquela forjada nos ideários oitocentistas e, quiçá, biológicos (CARVALHO; LORENCINI-JÚNIOR, 2017) do século passado, a mesma que possui similitudes com posições e perspectivas conservadoras retomadas recentemente e que reverberam cadeias discursivas para conceituar nossos corpos, gêneros e sexualidades nas proposições de políticas educativas.

¹ Para a composição deste artigo, tomo o entendimento de que as teorias pós-críticas são teorizações que problematizam as relações de saber-poder na educação, a construção das identidades nos modos de governamentalidade e subjetivação, os conhecimentos, verdades e discursos hegemônicos, os limites da linguagem e a construção de outras subjetividades e estratégias contra poder. Vários são as/os estudiosas/os que se debruçam em análises pós-críticas, porém priorizo os aportes Foucaultianos e Feministas para problematizar as relações e discursividades aqui apresentadas.

PARA SE PENSAR NOSSA ATUALIDADE OU DAS CONDIÇÕES QUE FAVORECEM DISPERSÕES DISCURSIVAS²...

No dia 03 de abril de 2017, Jair Messias Bolsonaro proferiu uma palestra para cerca de 300 convidadas/os recebidas/os na sede do Clube Hebraica do Rio de Janeiro. Em uma hora de explanação e de defesa de seu ideário, num contexto diretamente remetido à sua intenção de disputar a Presidência da República para as eleições de 2018, o Deputado Federal discorreu sobre tecnologia, armamento bélico da população, sobre economia e sobre o interesse na entrada de capital internacional para a exploração de fontes extrativistas de nióbio e grafeno – mencionando, com certo propósito, aquelas geograficamente encontradas em terras demarcadas e em reservas indígenas e quilombolas de Roraima, do Amazonas e de São Paulo. Especialmente em questões circunscritas aos processos migratórios e de acolhimento à estrangeiras/os no país, com contundentes aludidas à disseminação de ideais anticapitalistas por países como Cuba e por representações esquerdo-partidárias em nosso cenário político atual, exaltou o Estado de Israel em termos de captação de recursos e de desenvolvimento econômico, adotando uma tônica tecida no paralelismo entre a Palestina e o Brasil (no período anterior ao processo de afastamento da Presidenta Dilma Rousseff, em 2016), além de diminuir, negligenciar e coibir, em suas exemplificações, os direitos das minorias LGBTTTQIA, negra, feminina e indígena.

Enquanto cumpria seu propósito de palestrante, grupos de manifestantes pró-direitos humanos, pessoas pertencentes à etnia judaica e afiliadas ao clube realizaram protestos do lado de fora, alegando que as proposições defendidas dentro do recinto versavam sobre propostas fóbicas, fascistas, discriminatórias, preconceituosas e racistas e ao resgatar, como argumento, o histórico de perseguições, violências e massacres sofridos e direcionados ao povo judeu ao longo da história, exigindo, formal e informalmente, que a Hebraica justificasse o seu vínculo com o evento. O episódio, que viralizou em redes sociais pela internet,

² Parte das discussões apontadas também compuseram as falas do minicurso: "Culturas do ódio, do medo e da delação: considerações acerca do movimento escola sem partido" e da apresentação de trabalho: "Do Darwinismo Social à falácia da Ideologia de Gênero: discursividades e tensões na educação para os gêneros e as sexualidades no Brasil", realizados no 7o. Seminário Brasileiro de Estudos Culturais e Educação, Canoas (RS).

polarizou opiniões públicas e visibilizou, para além do contexto do início de campanha presidencial, certas correlações de forças derivadas de jogos de poder que elegem como alvo as políticas públicas e os discernimentos sobre direitos sociais, raça, gênero e orientação sexual – categorias tidas como biológicas, mas que se adensam em cadeias de significados quando ganham ou refletem as malhas culturais.

Bolsonaro veementemente atacou mulheres, homossexuais, lesbianas, bissexuais e transgêneras, migrantes, afrodescendentes, indígenas e militantes com afrontamentos xenófobos, misóginos e machistas, conforme a síntese destacada a seguir:

a) Eu fiz quatro filhos, **no quinto, eu dei uma fraquejada e veio uma mulher**, ela tem seis anos e foi feita sem aditivos, acredite se quiser; b) **Não podemos abrir as portas para todo mundo** e nem **demarcar** montanhas de grafeno em **terra indígena**; c) **Eu fui num quilombola** em Eldorado Paulista **e o afrodescendente mais leve lá pesava sete arrobas**; não fazem nada, **nem para procriador serve mais**; d) Alguém já viu japonês pedindo esmola? Não! **Porque japonês é uma raça que tem vergonha na cara**; e) Se eu chegar lá, **não vai ter um cm para reserva indígena ou quilombola**; f) **Se um bigodudo quiser dormir com um careca, vá ser feliz!** Mas sem economia, esse casal homossexual não vai gemer nunca; g) **Sala de aula, hoje em dia, é para discutir o quê? Sexo e respeitar as diferenças.** É uma vergonha a instrução no Brasil (INFORMAÇÃO VERBAL)³.

Neste jogo de palavras que nos soa, num primeiro momento, ardiloso ou caricato, há uma série de formações discursivas que circulam em nossas culturas a promover e a impor “violências epistêmicas” (SPIVAK, 2014) que descaracterizam o lugar social de fala e a luta dos grupos subalternizados quanto à conquista de suas legitimidades.

Bolsonaro relegou à mulher posições subordinadas ao homem (ser fraco, inferior ou dócil), restringiu o direito de ir e vir e habitar o território nacional para indígenas e migrantes (numa alusão ao controle social e capital dessas populações), impôs às relações afetivas um papel circunscrito aos prazeres vigiados (condicionando as sexualidades não normativas à ordem econômica), banalizou os

³ Palestra ministrada pelo Deputado Federal Jair Messias Bolsonaro, no Clube Hebraica, Rio de Janeiro, em 03 de abril de 2017. Grifos meus.

processos de ensino e de aprendizagem, as pautas sobre direitos humanos, respeito, tolerância, alteridade e a construção de atitudes e valores nas escolas (ao restringi-los a uma suposta educação para o sexo) e, compulsoriamente, subalternizou a etnia negra ao deslocar significações que a descaracterizam e a inferiorizam (comparação com brancos tidos como melhores ou trabalhadores; animalização – a unidade arroba é utilizada para aferir suínos; animais tidos como híbridos não se procriam naturalmente e são considerados, ao nível do senso estrito, mais fracos que os de raça pura).

Quando pensamos em formações discursivas, devemos levar em consideração uma série de contingências acontecimentais geradas historicamente (o dito e o não dito, as arquiteturas, os governos, a Ciência, os embates pelo poder, a luta de classes) que favorecem a dispersão de certos enunciados e discursos compulsoriamente, ou seja, ao nível dos dispositivos que regimentarão a vida das pessoas e que irão excluir, distorcer ou subordinar outras possibilidades de enunciação que não sejam dominantes e nem direcionadas para a manutenção das normas impostas. É da lógica do dispositivo nos capturar e nos transformar em sujeitos dos enunciados como se as palavras e as coisas fossem inocentes, acontecessem ao acaso e não nos categorizassem.

são os discursos eles mesmos que exercem seu próprio controle; procedimentos que funcionam, sobretudo, a título de princípios de classificação, de ordenação, de distribuição, como se tratasse desta vez, de submeter outra dimensão do discurso: a do acontecimento e do acaso (FOUCAULT, 2002, p. 21).

O mais capcioso, portanto, nos discursos é o fato de eles fabricarem os objetos sobre os quais falam e as práticas que estão entre enunciável e o visível a gerar tecnologias de sujeição. Amparados por certos processos de linguagem, mas também por dispositivos científicos, jurídicos, estatais, econômicos, os acontecimentos discursivos encontraram sustento para perfazerem palavras e as explicações das coisas com a criação de regimes de verdade (FOUCAULT, 1999). Cada época, contexto ou grupo social possui suas verdades – o que nos leva à compreensão do domínio relativo das mesmas. Todavia, o que faz uma verdade se superpor ou ser eleita, sempre em função do detrimento de outras ou do

apagamento dos demais discursos, é a imposição compulsória de práticas hegemônicas de governo das pessoas e da vida social.

Obviamente, a proposta deste trabalho não versa sistematizar, categorizar e proceder à análise discursiva das falas proferidas na Hebraica. No entanto, elas aparecem aqui destacadas na tentativa de pensarmos a nossa atualidade e de compreendermos como os dispositivos que ordenam, classificam e distribuem funções aos seres estão, sobremaneira, amparados por contingências (e Biologias) que favoreceram suas dispersões e suas reverberações junto a outros dispositivos (econômicos, explicativos, pedagógicos, coercitivos) e discursos sociais; as falas, todavia, são representações que possuem efeitos de verdade e, em suas entrelinhas, engendram os interesses que o Deputado defende para o engessamento de um mundo normativo, ou seja, daquilo que se destina aos corpos a serem disciplinados e aos grupos a serem regulados.

Mais de um século separa os argumentos de Bolsonaro da configuração de discursividades que constituíram, por exemplo, o campo da Educação para os gêneros e as sexualidades no Brasil; esta é uma temporalidade que evidencia a emergência de biopolíticas que, ainda hoje, se adensam junto a outros dispositivos discursivos nas pedagogias culturais e nas escolas e, de certa feita, objeto da conjunção teórica que se segue para apontar os alvos diletos das políticas normativas.

DO DARWINISMO SOCIAL À FALÁCIA DA IDEOLOGIA DE GÊNERO: UMA SÍNTESE BIOPOLÍTICA

Pensando em uma cronologia, há um longo caminho digressivo para se apontar a evolução do campo da Educação para os Gêneros e as Sexualidades no Brasil; várias pessoas, instituições, leis e documentos contribuíram para o avanço, para a regulação e a para consolidação das discussões nos territórios escolares. No entanto, gostaria de me ater a uma síntese que pode ser pensada em termos de efeitos discursivos, de constituição das pessoas e dos sujeitos por pensamentos, representações, o dito e o não dito sobre suas condutas, sobre o estabelecimento de normas e ou mesmo sobre as resistências que divergem das verdades eleitas como

hegemônicas. Ao me distanciar do posicionamento factual e presar por apontar algumas discursividades no pensamento brasileiro sobre as sexualidades, os gêneros e a diversidade, enfatizo blocos onde certos discursos se aproximaram, fizeram uso ou questionaram a presença de categorias biológicas e tento relacioná-los às tensões atuais que, amparadas por condições acontecimentais, favorecem a dispersão de certas representações e discursos que tentam impor a verdade das coisas e as regras para a vida.

O primeiro bloco está elucidado pelo período do entre séculos XIX e XX, que vai do Segundo Império Brasileiro, nos idos de 1850, até o final da Era Getúlio Vargas, na década de 1950.

Nesse contexto de época, o domínio médico-psicológico das perversões e a análise da hereditariedade, com base na responsabilidade biológica de constituição de raça saudável, difundiram a crença de controle sexual, populacional e de ameaça à qualidade das futuras gerações dados os processos de colonização, mestiçagem e contatos entre pessoas brancas, negras, índias e nativas dos locais explorados pela perspectiva imperialista e política da Europa e dos Estados Unidos. Segundo Carvalho e Lorencini Júnior (2017), uma biologia racista e determinista, defendida em meio aos ideais de liberalismo econômico de Herbert Spencer, atravessou a configuração discursiva de categorias como classe, gênero, raça, sexo e, especificamente no Brasil, tornou-se a responsável pela concepção de que as pessoas mais aptas em suas naturezas e disposições biológicas seriam também as mais aptas ao êxito social; o grupo dos fracos, discursivamente forjado para abarcar pobres, afrodescendentes, indígenas e mestiços, perfez o imaginário de cientistas, doutoras/es, museólogas/os, juristas, sexólogas/os, gestoras/es e policiais que lhes negaram a ascensão ao poder econômico e político (BOLSANELLO, 1996).

Atrelado a esse dispositivo de origem científica e de efeitos sociais, rígidos papéis de gênero foram fixados dentro do essencialismo biológico a partir da perspectiva de reprodução e da vida que importava à produtividade do sistema. Para se impor as normas da sociedade da época, criaram-se e se dispersaram as verdades sobre os sexos, aquilo que podia ser dito ou não, praticado ou não, aceito ou não por sobre os prazeres e as sexualidades. Determinou-se, primeiramente na instância da família burguesa e em seguida a todos os setores sociais, o sexo

conjugal – com finalidade procriativa e heterossexual – como a lei tensionada numa relação de diferença entre outras sexualidades; por efeito, as mulheres consideradas insubordinadas à economia do lar, as crianças e os jovens a experimentar o auto-prazer, as pessoas com diversidade funcional e psicológica, os homossexuais, as lesbianas, os bissexuais, os intersexos entraram para o rol da anormalidade, das sexualidades periféricas e desviantes (FOUCAULT, 1988; CARVALHO; LORENCINI, 2017).

Embora essa seja a síntese das verdades do período para a Europa e suas colônias, no Brasil, a sobreposição de enunciados e as práticas discursivas acionadas pelo darwinismo social oitocentista circunstanciaram outras práticas e tecnologias de controle como a Eugenia e o racismo científico. Surgiram os discursos sobre higiene, raça, imigração, controle populacional, planejamento familiar, esterilização dos grupos fracos, branqueamento da população, limpeza da raça e esses criaram representações discursivas a marginalizar ainda mais as minorias sociais de um território cujo projeto fundador assentou-se na mistura de etnias, povos e pessoas. A Eugenia implantou-se no país como um elemento normatizador da sociedade, como uma tecnologia de governo diretamente voltada à gestão biopolítica da população e com o intuito de retirar o país de seu atraso colonial pela via da medicalização, da sanitarização e do controle demográfico.

[...] A opção das pessoas políticas, de cientistas e literatas pelas teorias evolucionistas sociais spencerianas era a de uma ciência para civilizar e estabelecer uma visão prescritiva e regularizadora da população forçando-a, no entanto, a um compulsório processo de purificação e de agenciamento das sexualidades (CARVALHO; LORENCINI-JÚNIOR, 2017, p. 08).

Todas essas investidas prescreveram as sexualidades consideradas corretas e é, a partir daí, sobretudo, que os discursos passaram a dizer quem seriam as classes perigosas que estariam a fugir dos exemplos morais de bons costumes, que se desviariam do imperativo biológico condicionado ao nascimento em função da genitalidade, das regras naturais e sociais da época. Esse é um dos marcos, vale a lembrança, do aparecimento da representação discursiva restritiva e ideológica sobre afrodescentes, populações quilombolas, indígenas, homo, bi e lesbossexuais e das pedagogias condicionadoras sobre os corpos e os sexos – às/aos “sujas/os”

da nação empregaram-se as biopolíticas de controle, educação sexual e moral, apartamento e segregação.

O segundo bloco pode ser demarcado a partir da segunda metade do Século XX e, mais em específico, pelos movimentos de cobrança de direitos sociais das minorias negras, mulheres e terceiro-mundistas que se manifestaram reivindicações e conquistaram avanços e reconhecimentos nas décadas de 1960 e 1970. Especialmente as ideias feministas vieram sacudir a naturalização dos corpos e a supremacia biológica configurada no racismo científico, nas ideias darwinianas de cunho social, no determinismo, na medicalização dos sexos, dos corpos e da vida. Tanto os gêneros quanto os corpos deixariam de ser vistos, exclusivamente, como uma causa primeira e biológica e seriam pensados em termos de categorias políticas responsáveis pela criação de diferenças e papéis sociais para mulheres e homens, principalmente ao se problematizar contra condutas acerca da maternidade como sina e determinante da força de trabalho feminino, ao se expor as violências sexistas e as discriminações direcionadas aos grupos étnicos e de mulheres e ao se tomar as pessoas como efeitos das determinações culturais inseridas em complexas relações de poder e força.

Após o movimento de virada linguística do final dos anos de 1960, a epistemologia feminista difundiu ainda mais esse caráter relacional das relações de gênero, desconstruindo os binarismos firmados no decalque do sexo biológico como metáfora das funções sociais; assim, as oposições sexo/gênero, homem/mulher puderam ser discutidas em termos das regulações a que são/foram impostas, da crítica à heteronormatividade, do reconhecimento das tecnologias que produzem as/os sujeitos de enunciação e das dinâmicas e de ação por representacionais que fazem do gênero um sistema de significação. Com essas proposições, fragilizou-se a ideia de corpos femininos e masculinos essenciais, verdadeiros ou originais, ou seja, desconstruiu-se a naturalização dada pelas verdades do entre Séculos XIX e XX e se considerou a constituição das pessoas em relação às práticas discursivas, aos arranjos sociais e às suas negociações pessoais (CARVALHO; LORENCINI-JÚNIOR, 2017).

Destacam-se as teorizações da francesa Simone de Beauvoir, que discutiu a construção da feminilidade e o papel da mulher em termos de história, trabalho e da

disjunção com as sinas biológicas; das americanas Beth Friedan e sua crítica à maternidade como determinante da força do trabalho feminino, Gayle Rubin e sua análise do sistema sexo/gênero e da transformação da sexualidade biológica em produtos da atividade humana, e Kate Millet com a denúncia da política patriarcal de controle por sobre a sexualidade feminina nos séculos XIX e XX, entre outras feministas de renome. No Brasil, vale apontar os trabalhos de Heleieth Saffioti, e a sua crítica quanto à condição da mulher na sociedade classista brasileira, e de Helena Hirata, que trouxe a problematização das relações de gênero em relação à compreensão dos sistemas de produção, da organização do trabalho e das vulnerabilidades decorrentes dessas para as mulheres.

Embora essas ideias e concepções tivessem ocupado – homeopaticamente – algumas escolas públicas, propostas pedagógicas e materiais voltados à educação para o gênero, elas foram ofuscadas pela cortina de ferro da ditadura militar brasileira, que impunha aos currículos o cumprimento dos Programas de Saúde pautados por regulações biopsicológicas, enfoques nutricionais e de assistência na reprodução dos futuros cidadãos. Principalmente, nos anos da década de 1970, a posição oficial do Estado Brasileiro, justificada pelo princípio da moral e da preservação dos bons costumes (e certo vínculo à Igreja Católica), delegava o dever de informar e formar crianças e adolescente sobre questões referentes ao sexo e à sexualidade oficialmente à família, facultando à escola somente a inclusão de informações biológicas.

No País, ainda que tardiamente, as influências advindas dos movimentos feministas e dos movimentos gays e lésbicos foram retomadas fortemente no final da ditadura e seus efeitos estão mais presentes em alguns dos documentos de ensino da atualidade. Certamente, há um longo caminho entre os “anos de chumbo” de 1960 e 1970 e a “abertura política” brasileira após a retomada da democracia em 1985, mas, para cumprir com o objetivo desse artigo, darei mais cobertura às questões derivadas de reformas que culminaram em desdobramentos voltados à intervenção pedagógica para a prevenção e às políticas LGBTTTQIA. Ressalto, no entanto, que a grande conquista das epistemologias feministas da época foi ter desestabilizado a organização sexual, social, política, econômica e cultural de um

mundo masculino, heterossexista, hierárquico, branco e excludente (RAGO, 1998) e, quanto a isso, não se pode mais virar as costas.

Desde os anos de 1990, considerado essa fase como o terceiro bloco, a reforma educacional e a implantação da nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDBEN/1996), assim como dos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN/1997), a educação para os gêneros, as sexualidades e as diferenças atravessam terrenos ora favoráveis às políticas educacionais, ora de contradições e retrocessos enviesados por pressões sociais e por biopolíticas oriundas do Estado e de diferenciados setores sociais. O avanço da epidemia mundial de HIV/AIDS, na década de anterior, reascendeu a necessidade de realocar na escola informações sobre sexualidades e sexo seguros. Esse tema atrelou-se, discursivamente, a outras narrativas veiculadas por artefatos culturais como: o dito e o não dito de saberes e conhecimentos produzidos cientificamente, aos informes de campanhas de saúde e pedagógicas, aos dados contágio e vulnerabilidade, à necessidade de planejamento e prevenção, à fiscalização da gravidez na adolescência, possibilitando, também, que disciplinas circunstanciadas pelo domínio biológico os visualizassem como alvos a serem regulamentados e como problemas de saúde pública a serem debatidos nos espaços tempos do ensinar e aprender. Abriam-se condições acontecimentais para se implantar um campo de pedagogia das sexualidades onde se ordenou: a) o corpo – como matriz da sexualidade; b) relações de gênero; e, c) prevenção de doenças sexualmente transmissíveis/AIDS (BRASIL, 1999), mas, também, consolidaram-se novos dispositivos pedagógicos para se atrelar a descoberta erótica às funções hormonais, o sexo à genitalidade, o desejo à idade reprodutiva, e temas como aborto, homossexualidade, violência de gênero ao âmbito de intervenções esparsas, do apagamento e da invisibilidade.

Posicionamentos contrários a esses dispositivos, nos últimos trinta anos, também se presentificam no protagonismo histórico e ativista de militantes e de pesquisadoras/es pós-críticos e feministas, nos debates oriundos dos movimentos sociais, na visibilidade de grupos de gays, lésbicas, bissexuais, transgêneras, na necessidade de reconhecimento dos direitos das mulheres, de afrodescendentes, de indígenas, de migrantes, entre outras minorias, no debate sobre direitos humanos, cotas sociais, programas assistencialistas que levaram a escola a refletir sobre seu

papel na constituição dos sujeitos e a rever as deficiências de currículos e propostas para a contemplação da diversidade cultural e das diferenças. Projetos como o Programa Brasil sem Homofobia, mesmo com as resistências à sua implantação e as pressões de grupos conservadores, impõem a necessidade de questionar o padrão heteronormativo (que naturaliza a orientação afetivo-sexual hetero como a condição normal das relações e desconsidera outras possibilidades de arranjos sexuais e generificados entre seres humanos), as LGBTTTQIAfobias (que colocam pessoas lésbicas, homossexuais e transgêneras em territórios marginais e discriminados) e as políticas educacionais normativas.

Os blocos apontados até aqui ilustram tensões de saber e poder que elegeram regimes de verdade e dispositivos que se importaram em classificar, vigiar, controlar, modelar e corrigir os corpos das pessoas, mas, também, epistemologias diferenciadas que se preocuparam em desconstruir as acomodações endossadas pelo discurso científico e biológico ao visibilizar minorias, ao debater seus direitos e ao desacomodar as distinções determinísticas sobre feminilidades, masculinidades e orientações sexuais. Vale ressaltar que sempre haverá noções muito específicas acerca de nossas constituições como pessoas, pois gêneros e sexualidades não são apenas modos de nos presentificar corporalmente, são, antes, categorias relacionais (SCOTT, 1995) interdependentes de outras como: classe, cor, etnia, raça, pertencimento cultural, idade, etc. Tais categorias sociais estarão sempre na mira do Estado e das facções de poder, pois se configuram como territórios de disputa porque se exige, à medida que suas visibilidades requerem outros tratamentos, políticas de direito, políticas de respeito, pertencimentos, postura educacionais, reconhecimentos e, principalmente, investimentos econômicos.

O cenário recente das discussões de gênero no Brasil diz respeito ao quarto bloco discursivo. Trazer esse panorama é também uma forma de desestabilizar as abordagens tradicionais da educação para as sexualidades na escola, pois se trata de uma problematização da atualidade, ou, de como diria Foucault (1984), de um exercício de se pensar o pensamento sobre determinadas coisas nos momentos onde se é crucial fazê-lo, é-se indispensável ir contra as imposições do poder e necessário buscar formas de se atentar e se defender.

Destarte, aponto um jogo de contradições que podem determinar a permanência, as correlações, o aparecimento ou desaparecimento de enunciados em cima dos corpos, dos gêneros, dos sexos e das diferenças.

Os anos de 2014 e 2015 foram marcados por embates nas pautas relacionadas às igualdades de gênero e nos entendimentos sobre as manifestações das diferentes sexualidades. Durante a elaboração e votação do Plano Nacional de Educação (PNE) e dos Planos Estaduais e Municipais, por exemplo, a educação para a sexualidade voltou a ser foco de debates, discussões, batalhas e disputas desdobradas em todo país – tanto no cenário geral político, quanto junto às contingências educacionais que pautaram sobre sua inserção no ensino. Dada à pressão exercida por políticas/os de bancadas fundamentalistas e conservadoras no Senado e na Câmara dos deputados (compostas por representantes do agronegócio, das religiões neopentecostais e dos setores católicos carismáticos e por defensores do sistema prisional e do armamento da população), a votação do PNE, documento que, a cada decênio, determina metas e ações educacionais a serem cumpridas por todas as unidades da federação, foi condicionada à aprovação desde que, de sua disposição textual inicial, fossem retirados quaisquer conceitos, terminologias ou referenciais que fizessem menção à palavra gênero ou pudessem predispor uma obrigatória implicação de seu debate na escola. Sob o argumento de que as/os teóricas/os feministas e marxistas e os setores militantes dos direitos das minorias sociais apoiam uma “Ideologia de gênero” – capaz de desestruturar os alicerces familiares e morais da sociedade e de deturpar os condicionantes biológicos dados pela genética e ao nascimento, a redação do Plano, que previa a superação das desigualdades educacionais, tomada por suas intersecções com desigualdade/igualdade racial, étnica, de gênero e de orientação afetivo-sexual, foi drasticamente alterada e deixou um campo de interpretação genérica quando da necessidade de promoção da cidadania e de combate à discriminação (BRASIL, 2014).

Na esteira do PNE, as votações de Planos Estaduais e Municipais também estiveram marcadas por rígidas disputas entre militantes religiosas/os e defensoras/es pró-gênero. Desconsiderando-se a laicidade do Estado, algumas das

seções plenárias antecederam ou sucederam a cultos, orações ou manifestações de entidades religiosas amplamente apoiadas e aplaudidas por parlamentares e vereadoras/es.

Essas ações podem ser entendidas como uma “estratégia de tomada de poder de extrema direita e que se reveste da autoridade religiosa para justificar a inflexibilidade de suas posições no processo de regulação e políticas públicas” (LIONÇO, 2015, p. 13-14). Quando da proposição de metas para combate à discriminação e preconceito, a grande maioria dos planos não levou em consideração a marcação das diferenças sociais, a igualdade de direitos para mulheres e homens, à diversidade sexual, a diversidade dos papéis de gênero, a despatologização das orientações LGBTTTQIA, a visibilidade de afrodescentes e a diversidade de corpos em suas específicas materialidades biológicas e culturais como questões contingentes à superação de problemas, de violências gerais e escolares, ou, simplesmente, de serem componentes abarcados e discutidos em estratégias pedagógicas, encaminhamentos metodológicos ou conteúdos de disciplinas.

A ideia de combate a uma "ideologia de gênero" preconizada por defensoras/es está fortemente embasada por explicações biológicas enviesados por argumentos religiosos que difundem valores cristãos, familiares e tradicionais. Ela rebate e critica diretamente as epistemologias feministas atuais, os estudos pós-críticos, especialmente os pós-colonialistas que deslocam a atenção para as classes subalternizadas e seus direitos diferenciados, e para o ativismo político que, no bojo das transformações contemporâneas, trazem para as pautas de reivindicações as constituições culturais, a centralidade dos gêneros e a necessidade de outros contornos para as discussões de assuntos ligados ao corpo e às sexualidades. Judith Butler, filósofa americana e autora do livro “Problemas de Gênero”, é a teórica mais criticada por sinalizar que a vivência dos papéis, funções e marcas generificadas são atos de performatividade que possuem um efeito constitutivo. Por esta acepção, o gênero não seria uma manifestação instintiva, mas um efeito de poder, de práticas, de discursos, que perfaz modos de ser diferentes e que podem ser imitados, reiterados, deslocados ou desconstruídos socialmente. Enfim, o que Butler (1993) promoveu com suas bases teóricas foi o desprendimento do gênero da

ontologia biológica, afirmando que não existem corpos femininos ou masculinos acabados, mas corpos em negociações sociais e com materialidades diversas cambiantes e fluídas; essa afirmação torna-se totalmente incompatível com as ideias de fixidez oriundas das preleções religiosas e fundamentalistas e com as ideias difundidas pelo determinismo biológico ou social.

O discurso religioso, na esteira da falácia de uma "ideologia de gênero" estabelece, portanto, efeitos impositivos e punitivos de verdade ao se criar modos de ser para as pessoas; sua dispersão (tanto em disciplinas, quanto dispositivos escolares e pedagógicos configurados por documentos, recursos didáticos, arquiteturas e disposições de espaços, narrativas interpessoais) pode contribuir para que se estabeleça uma ação discriminatória direcionada a/aos alunas/os, seus gêneros, suas identidades, vivências corporais e sexuais. E, tão contundente quanto a esses efeitos, existe o risco de se cooperar com a implantação de saberes gestados por doutrinas não científicas, alienadas e a-históricas dentro da escola.

A SE PENSAR

As discursividades e as tensões sobre a Biologia na constituição de um campo de educação para os gêneros, as sexualidades e a diversidade relacionam-se com o material e o imaterial, com o dito e o não dito de um dado momento histórico, lugar social e ocasião onde elas se consolidam e se dispersam. Pensar tais condições é também pensar em como elas estão a se relacionar com as escaramuças do poder e com tecnologias e procedimentos para validar verdades nos grupos institucionais, nas pedagogias culturais, nas escolas e nas representações disseminadas pelas pessoas. Diante dos quatro blocos discursivos aqui apontados, é preciso preocupar-se com aquelas/es pessoas, táticas de governo, estratégias estatais ou instituições encarregadas de criar e dizer a verdade, a ordem e o progresso totalitário para o mundo.

Vale lembrar que a história opera por rupturas, continuidade e descontinuidade. No cenário difuso da atualidade do país, por exemplo, um novo Movimento vale-se de uma Biologia seletiva para propagar ideais sobre as pessoas

e seus gêneros. Mesmo não instituído como lei oficial do Estado Brasileiro e ainda arregimentado por grupos específicos coligados aos interesses de mercado e da implantação da educação em seu caráter privado, o Movimento Escola Sem Partido cresce em volume e proposição de projetos de lei (PL) em todo país, visando, estrategicamente, cercear a liberdade de ensino e as problematizações que discutem a promoção de políticas públicas igualitárias e equitativas e à proposição de temáticas sociais voltadas à superação de violências, racismos, preconceitos e classismos nas escolas.

A filosofia do Escola Sem Partido está amparada em três objetivos principais: “a descontaminação e desmonopolização política e ideológica das escolas; o respeito à integridade intelectual e moral dos estudantes; e o respeito ao direito os pais de dar aos seus filhos uma educação moral que esteja de acordo com suas convicções” (CARA, 2016, p. 4). São pilares que apoiam o interdito dos saberes científicos no espaço educacional, principalmente ao se criar uma falsa verdade: a de se considerar os posicionamentos docentes como doutrinas particulares e como impedimentos à liberdade de aprender ideias e pontos de vistas gestados no Capitalismo.

Ao nível Federal, tanto o PL 867/2015, proposto no Congresso Nacional, quanto o PL 193/2015, com trâmite no Senado, visam alterar a LDBEN/1996 para se regimentar a neutralidade política, ideológica e religiosa do Estado e a liberdade de crença baseada na moral e nos costumes familiares, criando um poder de vigília por sobre práticas ou intervenções pedagógicas que difundam, por exemplo, ideais socialistas e os questionamentos sobre os gêneros. As bases dos PL endossam, ainda, uma notificação extrajudicial, cujo modelo está disponibilizado no site do movimento, apontada como a defesa da família no direito de filhas/os (ESCOLA..., 2017) e como arma contra as discussões de sexualidade e gênero nas escolas.

Essas medidas não se tratam de ações inocentes, mas, primeiramente, de interferências precisas afetariam a autonomia escolar e os princípios laicos do Estado ao se implantar uma indistinção entre o público e o privado; e, à segunda vista, na implantação de uma tecnologia de poder pastoral e de controle panóptico (FOUCAULT, 2014) que criaria regimentações no espaço escolar a ser vigiado por mecanismos de medos, por práticas delatativas, coercitivas e pela interiorização de

culpas ao não se comportar de acordo com o programa. É, pois, um bipoder sobre os corpos discentes e docentes e uma biopolítica atenta à população e ao governo da vida social a partir das escolas.

As arbitrariedades escamoteadas por uma pseudo-ideia de pluralismo de opiniões afetam diretamente as posições dos grupos minoritários que, no decorrer das últimas três décadas do cenário político brasileiro, conquistaram visibilidade nas arenas sociais e levaram para os documentos e territórios escolares as demandas específicas de suas classes sociais, etnias, identificações de gênero e de seus pertencimentos culturais. Logo, além de gerar controle, o maior efeito do Movimento Escola Sem Partido é manter a inteligibilidade de corpos, pessoas e escolas desejáveis pelo poder hegemônico (BUTLER, 2012), relegando condições de abjeção, invisibilidade e de minimização de direitos para as materialidades não brancas, não heteronormativas e não detentoras de fluxos econômicos.

Para finalizar, endosso a necessidade de se apontar territórios de contradições que incidem nas políticas para os gêneros, as sexualidades e a diversidade. Posições como as de Jair Bolsonaro e do Movimento Escola sem Partido dispersam-se junto à ampliação de táticas de vigília e ao crescimento de uma pedagogia da raiva, do medo, da segregação e da opressão. Essa pedagogia espalha preconceitos consolidados, lá atrás, num projeto de nação que apregoou a limpeza populacional e o apartamento dos grupos minoritários das demandas econômicas, sociais e de direitos civis no país... Essa problematização pode, contudo, oferecer possibilidades de questionamento e de não aceitação dos efeitos de poder presentes nas verdades discursivas e consolidar resistências e condutas que operam fluxos diferenciados do poder hegemônico.

REFERÊNCIAS

BOLSANELLO, M.A. Darwinismo social, eugenia e racismo científico: sua repercussão na sociedade e na educação brasileiras. **EDUCAR**, Curitiba, no. 12, p. 153-165, 1996.

BRASIL. **Parâmetros curriculares nacionais**: apresentação dos temas transversais. Brasília: Ministério da Educação, 1999.

_____. **Lei n. 13.005, de 25 de Junho de 2014**. Plano Nacional de Educação. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2014/lei/113005.htm>. Último acesso: 20 Dez. 2015.

BUTLER, J. **Problemas de gênero**: feminismo e subversão da identidade. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

_____. **Cuerpos que importan** - sobre los límites materiales y discursivos del sexo. Buenos Aires: Paidós, 2012.

CARA, D. O programa "Escola sem Partido" quer uma escola sem educação. In: SOUZA, A S. *et al* (orgs.). **A ideologia do Movimento Escola sem Partido**. São Paulo: Ação Educativa, 2016. p. 23-48.

CARVALHO, F.A. de; LORENCINI-JÚNIOR, A. Ainda somos oitocentistas? Desafios feministas para a educação sexual e o ensino de ciências. **Simpósio Internacional em Educação Sexual**, V, 2017, Maringá. Anais... Maringá: UEM/NUDISEX, 2017. P. 01-16.

ESCOLA sem partido. Disponível em: <<http://www.escolasempartido.org/>> . Acesso em: 20 nov. 2016.

FOUCAULT, M. **Arqueologia do Saber**. Rio de Janeiro: Forense-Universitária, 1987.

_____. **As palavras e as coisas** – uma arqueologia das ciências humanas. 8. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

_____. **História da Sexualidade** – a vontade de saber. 14. ed. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1988.

_____. **A ordem do discurso**. São Paulo: Loyola, 2002.

_____. **Em defesa da sociedade**: Curso no Collège de France (1975- 1976). São Paulo: Martins Fontes, 1999a.

_____. **Vigiar e Punir**: nascimento da prisão. Petrópolis: Vozes, 2014.

_____. **A história da sexualidade II**: o uso dos prazeres. Rio de Janeiro: Graal, 1984.

LIONÇO, T. **Fundamentalismo Religioso e Estado Laico**: Reunião Ampliada 12 e 13 de outubro de 2013. p. 13-14, 2015. Disponível em: <https://br.boell.org/sites/default/files/fundamentalismo_religioso_e_estado_laico_-_reuniao_ampliada.pdf>. Acesso em: 10 Jan. 2016.

RAGO, M. Epistemologia feminista, gênero e história. In: PEDRO, J.M.; GROSSI, M.(Orgs.). **Masculino, feminino, plural**. Florianópolis: Ed. Mulheres, 1998, p. 01-17.

SCOTT, J. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. **Educação e Realidade**, v. 20, n. 2, jul./dez, 1995, p. 71-99.

SPIVAK, G. **Pode o subalterno falar?** Belo Horizonte: Editora UFMG, 2014.